

IMPLEMENTAÇÃO DA META 7 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 - EM SISTEMAS DE ENSINO E A BUSCA DA QUALIDADE

Samára Assunção Valles Jorge
Marilda de Oliveira Costa

Este resumo é parte de pesquisa em andamento e tem por objetivo apresentar como alguns sistemas de ensino têm procurado atender a Meta 7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), ou seja, o Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB), incluindo-se os municípios de Cáceres e Cuiabá, bem como apresentar algumas ações desenvolvidas por seus sistemas de ensino com a mesma finalidade para a melhoria da qualidade da educação, no período de 2008 a 2018.

O projeto aborda a meta sete do PNE 2014-2024 aprovado na forma de Lei 13.005, em 25 de junho de 2014, que propõe fomentar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades, de modo a atingir médias para o IDEB, definido como principal indicador da qualidade da educação básica no país.

Criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep), o Ideb se utiliza dos resultados das avaliações realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para ranquear a qualidade do ensino brasileiro. Seu principal objetivo é alcançar até 2021 a média 6,00 de qualidade, considerada média comparável com o sistema de ensino de países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. Segundo Sander (2012, p.39), para alcançar este desafio é necessário melhoria nos processos de formação e profissionalização dos educadores e pela qualidade da gestão escolar e das condições infra estruturais, tecnológicas e pedagógicas das escolas.

Estudos realizados por Araujo e Alves (2015) tem apontado que para alcançar a média estipulada, governos de diferentes esferas têm se utilizado de estratégias de cunho mercadológico, visualizando a educação como um produto que pode ser comercializado, em nome de uma dada qualidade. Os defensores do neoliberalismo têm utilizado os resultados do IDEB para “ludibriar” gestores de estados e municípios para a aquisição/compra de materiais pedagógicos, consultorias, entre outras formas utilizadas pelo setor privado e que tem induzido a diferentes formatos de privatização da educação (BALL; YOUDEL, 2008), com um discurso que

desqualifica o público materializado na escola e na educação pública e, sobretudo, os professores. Tais discursos defendem que a qualidade está no privado e não no público.

Criado para “*medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino*”¹ o IDEB vêm sendo utilizado como um indicador nacional para monitorar a qualidade do ensino das escolas brasileiras. O resultado da avaliação leva em consideração os conceitos de fluxo escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (Prova Brasil, SAEB). Entretanto, pesquisadores e educadores têm questionado que esse tipo de avaliação não leva em consideração os contextos em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos e a falta de infraestrutura dos ambientes educacionais. Esse tipo de avaliação tem ocasionado uma disputa no campo educacional, de modo a inspirar a competição entre sistemas de ensino, escolas e gestores como se fossem responsáveis somente delas a qualidade da educação, responsabilidades que caberiam ao poder público.

Visando bons resultados no IDEB algumas secretarias municipais e estaduais de educação têm instituído políticas de desempenho, como bonificação ao professor mediante ao bom desempenho dos alunos nas avaliações externas. Consequentemente, visa pressionar os docentes e responsabiliza-los pelo desempenho dos alunos nos testes, sem considerar outros fatores extremamente importantes, como os fatores sociais, econômicos e culturais, isentando o Estado de suas responsabilidades com a qualidade da educação pública socialmente referenciada.

As palavras meritocracia, responsabilização, gerenciamento, controle, eficiência, eficácia, racionalidade e resultados são aspectos que norteiam as políticas de recompensa, vistos como mecanismos eficazes do setor privado a serem trilhados pela administração pública como solução para a melhoria dos índices educacionais (ARAUJO; ALVES, 2015, p. 81).

De acordo com Garcia (2015, p. 59) a política de avaliação externa dentro das escolas tem fortalecido a lógica do mercado de competição, meritocracia e individualismo [...] sem subsidiar intervenções que levem a transformação e à

¹ Informação retirada do portal do Mec. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: nov. de 2019.

democratização da educação, em suas dimensões de acesso, permanência e qualidade (*Idem*, p. 74).

Ao tentar compreender que a qualidade da educação básica vai além da democratização do ensino e que a qualidade está relacionada a diversos fatores intra e extraescolares para se alcançar o objetivo do PNE, temos como proposta aprofundar estudo sobre as iniciativas tomadas pelas secretarias de educação dos municípios de Cáceres e Cuiabá para atender a meta 7 do PNE que trata sobre a melhoria da qualidade da educação básica.

DESENVOLVIMENTO

O conceito qualidade tem sido amplamente utilizado e discutido por estudiosos, políticos, gestores, pesquisadores, associações e entidades da área educacional. Baseado na lógica neoliberal, de livre comércio, o conceito qualidade muito utilizado na economia vem sendo cada vez mais utilizado dentro do contexto educacional no sentido de avaliar a qualidade da educação básica por meio de avaliações externas.

No Brasil, o Saeb é o sistema responsável por aplicar as avaliações que visam medir a qualidade da educação básica, nos três níveis de ensino: infantil, fundamental e médio, levando-se em consideração as áreas de língua portuguesa e matemática, de modo a subjugar que as melhores notas estão relacionadas as melhores escolas, com melhor ensino e qualidade.

Outro ponto que vem chamando atenção é a instituição de premiação/bonificação conforme o desempenho dos alunos nas avaliações, esta ação contribui para a competição entre sistemas de ensino, o que de fato é o objetivo dos postulados neoliberais. Ao analisar esta problemática Oliveira (2012) afirma que para os defensores da criação de um mercado educacional a competição entre sistemas de ensino, escolas e professores promoveriam a melhoria no desempenho dos estudantes e, nessa lógica, busca-se responsabilizar cada vez mais as escolas, os gestores e os professores pelo alcance de metas e pela melhoria do desempenho (*Idem*, p. 07).

A colocação de placas no muro de escolas em Cáceres pela Lei nº2.700, de 29 de outubro de 2028, especificando a sua nota no IDEB, é um item que visa ranquear as escolas, sem levar em consideração o contexto sócio cultural dos

alunos, a localização da escola e o fator econômico das famílias. Assim como, a implementação do Projeto AVIVA ESCOLA em Cuiabá e Cáceres ao aplicar o Método de Gestão para Resultados para melhorar o IDEB. Medidas que induzem competição entre escolas, professores, alunos e gestores, sistemas de ensino, responsabilizando os profissionais na ponta, que executam as decisões tomadas no âmbito de gabinetes e escritórios de executivos da área empresarial e que, portanto, desconsideram outros fatores que influenciam o ensino e a aprendizagem.

Pesquisas realizadas por Silva e Garcia (2015) apontam que a falta de infraestrutura nas escolas, falta de profissionais e más condições físicas têm influenciado no trabalho pedagógico e conseqüentemente são apontadas como escolas de menor IDEB. As escolas que apresentam melhor desenvolvimento nas avaliações externas e no IDEB são as que possuem docentes efetivos, formados, especialistas e trabalham a mais de dois anos na mesma escola.

Ou seja, e preciso averiguar as estratégias que alguns estados e sistemas municipais de ensino tem tomado para alcançar a meta 7 proposta no PNE tendo como objeto de estudo as ações dos sistemas municipais de Cáceres e Cuiabá.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.S; ALVES, M.A. Desempenho e recompensa na educação básica: as políticas das secretarias estaduais de educação. In: SILVA, A.F. (Org.). **Educação básica: políticas de avaliação externa e outros temas**. Campina Grande: Ideia, 2015.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>, Acesso em: 25 jun. 2019.

GARCIA, L.T.S. Políticas de avaliação educacional: influência no trabalho educativo de escolas do Rio Grande do Norte. In: SILVA, A.F. (Org.). **Educação básica: políticas de avaliação externa e outros temas**. Campina Grande, JP: Ideia, 2015.

SANDER, Benno. Políticas de Educação Básica no Marco do Plano Nacional de Educação. In: CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M.A. da (Org.). **Universidade e educação básica: políticas e articulações possíveis**. Brasília: Líber Livro, 2012.

SILVA, Maria Abadia da. **Qualidade social da educação pública**: algumas aproximações, 2009.